

PLANO GERAL

Informação ao leitor	3
I - INTRODUÇÃO	11
1. Noção e objecto das finanças públicas	13
1.1. Nota de enquadramento	13
1.2. A perspectiva de alguns autores	14
1.3. O prisma científico do estudo das finanças públicas	19
1.4. O nosso modo de vêr as finanças públicas	23
2. Um conceito amplo de dinheiros públicos	26
2.1. A despuplicização orgânica do conceito	26
2.2. Desenvolvimento e concretização do conceito de dinheiros públicos	31
3. A gestão e o controlo dos dinheiros públicos como núcleo das finanças públicas	33
3.1. Nota de enquadramento	33
3.2. A gestão de dinheiros públicos	33
3.3. O controlo dos dinheiros públicos	37
4. Das finanças clássicas às modernas	41
5. As incumbências do Estado Português	47
5.1. Nota de enquadramento	47
5.2. As mais importantes incumbências do Estado segundo a CRP	47
6. O Papel, a organização e a actuação do sector público face às incumbências do Estado	51
6.1. Nota de enquadramento	52
6.2. A organização administrativa do Sector Público em Portugal	52
6.3. A organização económico-financeira do Sector Público em Portugal	55
6.4. A Actuação do sector público em Portugal - O Estado paralelo	61
7. O direito financeiro - breve referência	64
7.1. Nota de enquadramento	64
7.2. Ideia sumária e campos especializados	65
II - A ACTIVIDADE DE GESTÃO DOS DINHEIROS PÚBLICOS	67
8. Generalidades e aspectos comuns à gestão dos dinheiros públicos	69
8.1. A gestão financeira pública como actividade comum a todo o sector público	69
8.2. A vertente política da gestão financeira pública	71
8.3. A gestão financeira burocrática e a de mérito-dois modelos em confronto no SPA	74
8.4. Alguns critérios inerentes à gestão financeira pública de mérito - economia, eficiência, eficácia e defesa do ambiente	77

8.5. As funções da moderna gestão financeira - planeamento, execução e controlo interno	83
9. A gestão dos dinheiros públicos no SPE-Especialidades da questão	87
10. A gestão dos dinheiros públicos no sector das associações, fundações e outras entidades públicas de direito privado- algumas questões	90
11. Princípios gerais relativos ao dispêndio de dinheiros em todo o sector público	92
11.1. Nota de enquadramento	92
11.2. Princípios gerais do dispêndio público - legalidade prossecução de interesse público, transparência, publicidade, igualdade, concorrência, imparcialidade, proporcionalidade, boa fé e responsabilidade	93
12. Apreciação sumária da realidade portuguesa no domínio da actividade financeira pública	97
13. A gestão financeira - Âmbito e objecto da abordagem	101
13.1. Âmbito do estado	101
13.2. Principais objectivos do estudo	101
14. A gestão financeira da administração central e o orçamento de Estado	102
14.1. Nota de enquadramento	102
14.2. O quadro normativo referente ao OE	104
14.3. A evolução da preparação da nova Lei do enquadramento orçamental	107
14.4. Ideia global à cerca do OE	116
14.5. Ideia genérica à cerca do processo orçamental	120
15. AS despesas e as receitas do orçamento - noções clarificadoras	122
15.1. Nota de enquadramento	122
15.2. Despesas públicas e sua tipologia económica	123
15.3. Despesas públicas: uma classificação doutrinal	124
15.4. Classificação orçamental das despesas	125
15.5. Receitas públicas - sua tipologia económica	126
15.6. Receitas públicas - uma arrumação doutrinal	126
15.7. A classificação orçamental das receitas	127
15.8. A classificação das receitas e despesas e o equilíbrio orçamental - algumas dificuldades	128
16. A função do planeamento e o orçamento do Estado	130
16.1. Nota de enquadramento	130
16.2. O período e os principais documentos do planeamento do OE	131
16.3. A vertente política e a sociológica, e seus actores, da função de planeamento, do OE	135
16.4. A vertente sociológica da função de planeamento de OE e a teoria da escolha pública	143
16.5. A vertente técnica da função de planeamento do OE	149
16.6. As regras orçamentais - anualidade, plenitude, discriminação, publicidade e equilíbrio	153
16.7. Vertente administrativa de preparação e votação do OE	159

17. A função de execução e o orçamento do Estado.....	162
17.1. Nota de enquadramento	162
17.2. Breve referência às subfunções da organização, direcção e controlo	163
17.3. Quadro jurídico geral da função de execução	165
17.4. As regras orçamentais relativas à função de execução	170
17.5. A função de execução do OE – os principais actores	173
17.6. A disciplina jurídica relativa à execução do OE contidana LEOE	175
18. Alterações orçamentais e Lei travão	181
19. Quatro questões fundamentais para a gestão financeira pública - desorçamentação, previsão da despesa, défice e dívida pública- introdução	184
20. Fenómenos de desorçamentação	185
21. Previsão da despesa no OE	189
22. Equilíbrio e défice orçamental	190
23. A dívida pública	197
24. A Reforma da administração financeira do Estado	203
24.1 Nota de enquadramento	203
24.2. Diferentes perspectivas quanto ao sucesso da Reforma	204
24.3. O ordenamento jurídico da Reforma	206
24.4. Traços fundamentais do modelo da Reforma	208
24.5. O regime geral da Reforma – autonomia administrativa	209
24.6. A aplicação da Reforma no tocante aos serviços e organismos com autonomia administrativa	212
25. Os fundos e serviços autónomos (FSA) - Breve abordagem	214
25.1. Nota de enquadramento	214
25.2. Descrição do regime dos FSA	214
25.3. Situação financeira e execução orçamental dos FSA – algumas questões	220
25.4. O novo Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e os FSA	222
25.5. Breve apreciação da situação actual da Reforma no tocante aos FSA	224
26. A gestão financeira pública no SPE	226
26.1. Nota de enquadramento	226
26.2. A organização no SPE da administração central	226
26.3. Traços essenciais do regime jurídico da gestão do novo SPE estatal	232
27. Breves reflexões sobre as fundações e associações públicas de Direito privado	236
27.1. Nota de enquadramento	236
27.2. A problemática das fundações e associações públicas de Direito privado ou Estado paralelo	237
28. Algumas questões importantes para a gestão dos dinheiros públicos em Portugal	242
28.1. Nota de enquadramento	242

28.2 Inventário das mais importantes transformações da administração	242
28.3. A questão da proliferação das “holdings” nos últimos cinco anos- 1996/2000	244
28.4. Algumas novas formas de engenharia financeira “project finance”, “leasing”, “scut”	245
28.5. Um salto qualitativo - as novas exigências para a gestão e para os gestores financeiros públicos	252
III - A ACTIVIDADE DE CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS	257
29. O sistema nacional de controlo financeiro público	259
29.1. Nota de enquadramento	259
29.2. Um conceito amplo e dinâmico de controlo	260
29.3. O controlo financeiro externo como função autónoma do Estado.....	266
29.4. O sistema de controlo	270
30. O Direito financeiro do controlo	273
30.1. Principais diplomas e sua dispersão.....	273
30.2. A dislexia terminológica no Direito do Controlo	274
31. Visão global do sistema nacional de controlo financeiro	276
31.1. Considerações preliminares	276
31.2. Uma primeira apresentação do sistema global de controlo	277
32. O controlo interno	280
32.1. Nota de enquadramento	280
32.2. Os antecedentes da matriz jurídica ordenadora do controlo interno	280
32.3. O novo sistema de controlo interno – o SCI – e o seu primeiro entorse legal	282
32.4. Principais entidades de controlo interno, na perspectiva dos seus três níveis	287
32.5. Organização do controlo interno relativo à execução do Orçamento do Estado	288
32.6. O controlo interno no Sector Público Empresarial	290
33. Sistema de controlo Externo	296
33.1. Nota de enquadramento	296
33.2. As entidades incumbidas do controlo externo em Portugal - em especial o Parlamento e o TCE	296
34. O papel fulcral do tribunal de contas Português	300
34.1. Nota de enquadramento	300
34.2. Apresentação do Tribunal de Contas	301
34.3. Apreciação crítica da nova Lei de bases do Tribunal de Contas - Lei 98/97	304
34.4 Os domínios de controlo do TC	307
34.5. As modalidades do controlo do TC	309
34.6. As vias do exercício do controlo sucessivo pelo TC - a <i>auditoria</i>	312
34.7. A planificação das actividades de controlo do TC - <i>as falbas da Lei</i>	314
34.8. Os resultados do controlo do TC	315
34.9. O relacionamento externo do TC	317
34.10. O Tribunal de Contas e o controlo interno	319
34.11. Os juizes e os demais recursos humanos do TC.....	320

35. Algumas questões relevantes para o futuro do controlo financeiro em Portugal	323
35.1. Nota de enquadramento	323
35.2. A necessidade de um sistema de controlo interno operacional	323
35.3. A imperatividade de um Tribunal de Contas apetrechado e mobilizado para a função de supremo auditor público	324
35.4. As grandes missões do tribunal de contas para os próximos anos	325
35.5. Algumas breves propostas quanto à organização e funcionamento do tribunal	329
35.6 Algumas propostas ligadas ao relacionamento do tribunal com a Assembleia da República, o governo e a comunicação social	331
35.7. A imprescindibilidade de um corpo e de uma carreira de auditor público	332
35.8. A participação de profissionais de auditoria do sector privado no controlo financeiro público	334